

A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA FREIRIANA: PRÁTICAS RESSIGNIFICADAS

LITERACY FROM THE FREIREAN PERSPECTIVE: RESIGNIFIED PRACTICES

Shirlei Barros do Canto - UERJ

Cláudia Hernandez Barreiros Sonco - UERJ

Helena Maria Alves Moreira - UERJ

RESUMO

O presente artigo visa elencar a abrangência das contribuições de Paulo Freire, por meio das reflexões acerca da prática alfabetizadora que agrega aos saberes culturais sistemáticos as experiências sociais dos educandos. O estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica e análise de dados do IBGE. As práticas de Paulo Freire foram implantadas nas ações populares alfabetizadoras desenvolvidas no nordeste brasileiro quando o índice de analfabetismo no Brasil acometia cerca de metade do povo, em especial, os mais humildes e residentes no campo. Através de uma prática educacional dialógica e humanizadora, ocorrida em Angicos (RN), na década de 1960, Paulo Freire considerou a leitura minuciosa do mundo, a qual foi vivenciada por crianças, jovens, adultos e idosos, e serve ainda hoje de aprendizado para os educadores. Ao estabelecer um diálogo entre os saberes formais e não-formais, a teoria freiriana estimula pessoas que são oprimidas na sociedade, para que busquem o pertencimento a uma nação, através de um processo reflexivo do ontem, do hoje e do porvir que leva à libertação das amarras da ignorância. Aos educadores que desejam seguir Paulo Freire, fica a direção dada pelo próprio mestre, de que é preciso reinventá-lo, sempre; o que confirma o potencial de suas práticas ressignificadas.

Palavras-chave: Paulo Freire. Analfabetismo. Experiências culturais. Alfabetização humanizadora.

ABSTRACT

This article aims to list the scope of Paulo Freire's contributions, through reflections on the literacy teaching practice that adds the social experiences of students to systematic cultural knowledge. The study was based on bibliographic research and IBGE data analysis. Paulo Freire's practices were implemented in the popular literacy actions developed in northeast Brazil when the illiteracy rate in Brazil affected about half of the people, especially the poorest and those living in the countryside. Through a dialogical and humanizing educational practice, which took place in Angicos (RN), in the 1960s, Paulo Freire considered the detailed reading of the world, which was experienced by children, young people, adults and the elderly, and still serves as a learning experience for educators today. By establishing a dialogue between formal and non-formal knowledge, Freire's theory encourages people who are oppressed in society to seek belonging to a nation, through a reflective process of yesterday, today and the future that leads to liberation from the moorings of ignorance. To the educators who wish to follow Paulo Freire, we are left with the direction given by the master himself, that it is necessary to reinvent him, always; which confirms the potential of their resignified practices.

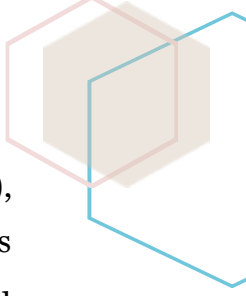
Keywords: Paulo Freire. Illiteracy. Cultural experiences. Humanizing literacy.

INTRODUÇÃO

*Pesquisa para constatar, constatando
intervenho, intervindo educo e me educo.
Pesquisa para conhecer o que ainda não
conheço e comunicar ou anunciar a novidade
(FREIRE, 2000, p. 32).*

Quando Paulo Freire pensou na experiência alfabetizadora de Angicos, suas pretensões foram muito além do simples alfabetizar. Foi uma oportunidade única de levar ao cidadão do campo o acesso à escrita como uma das ferramentas do pensamento reflexivo, de modo a ressignificar suas experiências com criticidade.

Antes de Angicos, onde ocorreu a experiência de alfabetização de cerca de 300 trabalhadores rurais, em 45 dias, culminando na disseminação dessa prática pelo nordeste brasileiro, houve um momento piloto que consistiu em uma pequena ação na casa do Movimento da Cultura Popular (MCP), em Recife, com cinco alunos iniciais, tendo permanecido três até o final da investida. A partir daí, as experiências



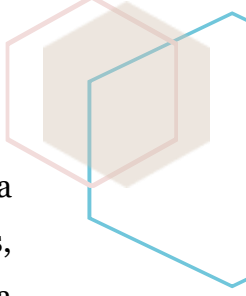
foram se tornando mais amplas e atingindo outras localidades, como Angicos (RN), Mossoró (RN) e João Pessoa (PB). Segundo Brandão (2013, p.19), esses foram os primeiros homens a serem “alfabetizados de dentro para fora”, através de seu próprio trabalho. Tal experiência alçou novos ares e rumos, indo em direção ao restante do território brasileiro: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Para Canto et al. (2016), em uma época em que a educação era vista como fora das necessidades dos novos tempos, era imperioso e urgente substituir a educação tradicional por uma outra educação orientada para a criação de disposições mentais críticas e permeáveis, favoráveis à participação, à deliberação coletiva, à ingerência, ao autogoverno e, por essa via, favoráveis à democratização da vida social e à instituição de formas democráticas de governo.

De acordo com Beisiegel (2010), esses temas permearam toda a prática alfabetizadora: Paulo Freire insistia em defender a necessidade de um ensino realizado através do diálogo, com atividades de grupo, e o incentivo à participação e ao exercício da reflexão crítica. Em contrapartida a uma atmosfera autoritária e antidialógica existente na época, o diálogo entre os homens era entendido, dentro da filosofia freiriana, como componente essencial nessa educação comprometida com a construção de personalidades democráticas. A população brasileira revelava a persistência de disposições mentais geradas na organização social autoritária do passado como a prática do assistencialismo, a ausência do diálogo e a passividade do homem comum.

Brandão (2013, p. 18) frisa que a ação social ocorrida na aurora dos anos de 1960 “foi criativa e sonhou que poderia servir para libertar o homem, mais do que, apenas, para ensiná-lo, torná-lo doméstico”, no sentido de domesticado. Para o autor, após essas ações terem sido testadas em “círculos”¹ na roça e na cidade, os diversos movimentos populares as impulsionaram para atingir mais gente do povo brasileiro. Além do MCP, surgiram os Centros de Cultura Popular do movimento estudantil (CPC), o Movimento de Educação de Base da Igreja Católica (MEB) e

¹ “Círculo” da cultura faz referência aos encontros de cidadãos acomodados em círculo para promover o diálogo aberto, onde todos pudessem prestigiar a fala do outro e ser igualmente ouvidos e assim, aprender e ensinar, promovendo trocas de novas hipóteses de leitura do mundo.



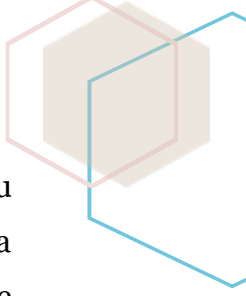
também da campanha intitulada *De Pé no Chão também se Aprende a Ler*, da Prefeitura de Natal/RN. Em tais grupos se misturavam educadores, estudantes, professores, profissionais de outras áreas que empunhavam as bandeiras da educação popular e da cultura popular. A experiência de Angicos, onde tantos homens foram alfabetizados em apenas 45 dias, simplesmente, impressionou profundamente a opinião pública ganhando considerável notoriedade junto às autoridades. Houve, então, o desejo de ampliar a experiência para toda a nação, tendo início os cursos de formação de coordenadores em diversas capitais:

(...) Decidiu-se aplicar o método em todo o território nacional, mas desta vez com o apoio do Governo Federal. E foi assim que, entre junho de 1963 e março de 1964, foram realizados cursos de formação de coordenadores na maior parte dos estados brasileiros (...) O plano de ação de 1964 previa a instalação de 20.000 círculos de cultura, capazes de formar, no mesmo ano, por volta de 2 milhões de alunos. (BRANDÃO, 2013, p. 19).

Infelizmente, o sonho de uma nação libertada pela conscientização alfabetizadora foi usurpado em fevereiro de 1964, quando o governo do Estado da Guanabara abortou esse grande projeto nacional, apreendendo na gráfica milhares de exemplares da cartilha *Viver é Lutar*, do Movimento de Educação de Base – MEB. No início do mês de abril, a Campanha Nacional de Alfabetização, idealizada e sob a direção de Paulo Freire, foi denunciada publicamente como “perigosamente subversiva”. Educadores foram presos e ações voltadas à educação foram condenadas. Por ocasião, Paulo Freire foi preso e exilado da sua nação, por longos 16 anos.

1 A EXPERIÊNCIA DE ANGICOS

Em visita ao município de Angicos, em março de 2016, localizado a 176 km da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, local onde se deu a primeira e bem sucedida experiência de Paulo Freire na alfabetização de adultos, constatou-se de perto o resultado de seus esforços.

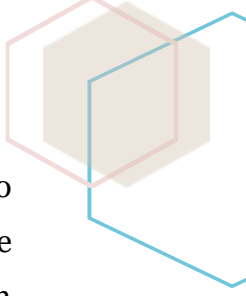


Nos espaços da Universidade Federal Rural do Semi Árido - UFRSA ocorreu uma palestra com alguns dos ex-alunos da experiência de alfabetização ocorrida na década de 1960, naquela região. Após a palestra, teve-se a oportunidade de conversar com cada um dos alunos presentes. Todos já com idade bastante avançada, mas com uma lucidez invejável e tão abertos ao diálogo, que fez da entrevista uma prazerosa conversa informal.

Todos foram unânimes em ressaltar a importância do ato de aprender a ler em suas vidas e o quanto são gratos a Paulo Freire. Eles contaram em detalhes o quanto foi difícil o enfrentamento daqueles momentos de desmonte dos encontros de alfabetização, por conta da situação política que o país atravessava. O golpe militar de 1964 repercutiu em todo o Brasil. Paulo Freire havia sido recém acusado de comunista e, por isso, foi cassado, preso duas vezes, interrogado por mais de setenta dias, e quando foi solto “(...) estava obrigado a comparecer regularmente a instâncias do Exército para registrar suas atividades” (HADDAD, 2019, p. 24). Diante da iminência de novo depoimento, Paulo Freire buscou exílio na Embaixada da Bolívia. O exílio passou por outras nações que o acolheram, como Chile, EUA e Suíça.

Quando souberam da notícia, a maioria dos seus alunos de Angicos optou por queimar ou enterrar todo o material de alfabetização que pudesse ligá-los a Paulo Freire, com medo de serem acusados de comunistas e serem presos sem direito à defesa. Maria de Ferreira, uma das ex-alunas, relatou: “... era muito bom a aula de Paulo Freire! Eu não guardei os livros não, porque eu queimei tudo com medo de ser presa... porque disseram que se viessem na sua casa iriam revirar tudo e iriam prender!”.

Esse é apenas um trecho do depoimento da costureira Maria de Ferreira que hoje fala com muito orgulho daquela época e, muito envaidecida, faz propaganda da sua página no *Facebook* administrada pelo seu neto, para divulgar seus trabalhos manuais. Esse e outros depoimentos podem ser vistos no artigo de de Canto, Moreira e Silva (2016) apresentado no XI Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação - COLUBHE, em junho de 2016 na cidade do Porto, Portugal.



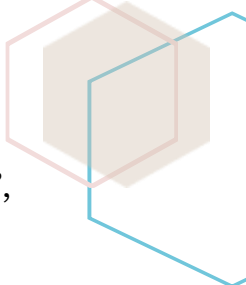
O que poucas pessoas sabem é que, apesar da experiência de Angicos ter sido voltada para a alfabetização de jovens e adultos, Maria Eneide de Araújo Melo, que na ocasião era apenas uma criança que acompanhava seu pai nas aulas relatou em depoimento que, com apenas seis anos, aprendeu a ler e escrever no colo do seu pai assistindo às projeções de imagens associadas às palavras geradoras. Desde cedo foi incentivada ao estudo e decidiu que se tornaria professora. Eneide formou-se em Pedagogia, trabalhou com Educação Infantil e diz ter lembranças muito boas daquela época.

[...] “Teve muita mudança. Antes, meu pai trabalhava em sítio. Foi trabalhar de pedreiro e depois teve comércio”, conta. “Minha mãe, que era só do lar, foi fazer curso de corte e costura. Para minha vida foi determinante aquele passo. Eu dizia que queria ser a professora Valquíria [da turma de alfabetização]. Cresci alimentando esse sonho de ser professora e tornei-me uma”. Maria Eneide lembra que, além da própria alfabetização, as lições de política e cidadania ensinadas no curso foram essenciais. Hoje, duas de suas cinco filhas seguiram seus passos e também são professoras. (BRASIL, 2018).

De acordo com Canto (2020), nota-se que os depoimentos informais transparecem imensa gratidão ao mestre Paulo Freire, pela oportunidade de valorização da sabedoria decorrente das experiências culturais locais dos alunos, para, a partir daí, avançar e ir além de sua visão, de suas crenças, em torno de si e do mundo, para fazer uso social e político desse conhecimento da vida cotidiana. Através dessa convivência com o povo nos círculos de cultura, que se caracterizavam por oportunidades de diálogo, o povo podia se expressar, reafirmando a prática de escutar e valorizar o rico saber construído durante as experiências dos sujeitos, bem como colaborar para humanizar as práticas docentes.

O próprio Paulo Freire não gostava de denominar sua prática alfabetizadora como “Método”, pois o mesmo era formado de características próprias transmitidas de forma simples e direta que valorizavam a ideia do homem como cidadão detentor de deveres e direitos perante a comunidade, à qual faz parte. Paulo Freire sempre deixou claro que era terminantemente contra a educação domesticadora/opressora, que até então imperava em nosso país.

Partindo de uma premissa completamente inovadora para a época, Freire sugeriu que o uso de termos como “aulas, alunos, métodos, professores” etc fossem



substituídos por “círculos de cultura”, “participantes”, “grupos de discussões”, “coordenadores de debates”, “situações existenciais” e outros.

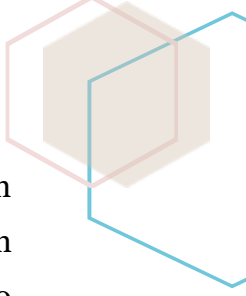
E vale destacar que Paulo Freire teve a seu lado uma grande incentivadora e parceira para refletir as ações alfabetizadoras, a esposa e companheira Elza, especialista em alfabetização:

Fizemos juntos, Paulo e eu, o trabalho de alfabetização no Nordeste. Fiquei com a parte metodológica, com a elaboração da coisa. A paróquia em que morávamos nos cedeu uma sala, reunimos cinco operários que moravam perto e à proporção que íamos elaborando, íamos testando. Como conhecíamos bem a área, o bairro em que vivíamos, isso deu muita possibilidade de ver se dava resultado ou não. Vimos que certas coisas eles não entendiam, eliminamos algumas palavras mais difíceis e percebemos que haveria vantagem em utilizar palavras que tivessem três sílabas e não só duas, pois davam oportunidade de gerar outras palavras. [...] Por incrível que pareça, o adulto visualizava mais rápido que a criança. Na parte escrita é o inverso, uma dificuldade tremenda, muito maior que a da criança, que tem mais capacidade motora (ELZA FREIRE, 1977 *In* SOUZA, 2015, p. 324).

Elza revelou que no início não havia cartaz, eles desenhavam. E também não realizavam o debate, apenas conversavam sobre as palavras que os alunos iam falando e repetindo, o que levava ao conjunto de palavras geradoras. No entanto, logo perceberam que podiam fazer o debate, pois era esse momento “[...] que dava consciência da coisa” (ELZA FREIRE, 1977 *In* SOUZA, 2015, p. 324).

Para Freire, a rigorosidade metódica que define a natureza pedagógica da ação ética do professor é a *problematização* e os *questionamentos*, que devem promover uma postura sempre investigativa e desafiadora. Assim, o aluno poderá construir e reconstruir os saberes ensinados, sem decalques, sendo sujeito ativo no processo.

E o que havia de tão fabuloso nesse processo que permitia questionar “verdades” e buscar soluções coletivas? O ensino consistia basicamente em elencar palavras que faziam parte do universo vocabular dos educandos. Dentre esses vocábulos, alguns eram selecionados para serem as palavras geradoras. Dessas palavras, emergiram sentenças que eram representativas àquele grupo e formaram situações previamente contextualizadas, com conteúdo que fizeram parte da vida em sociedade daqueles sujeitos.



A experiência estimulava a alfabetização à medida que as palavras faziam parte da vivência dos alunos, dando significado ao processo de aprendizagem com temas pertinentes à realidade do seu trabalho e do seu cotidiano. Assim sendo, o sujeito passava a ter uma visão crítica do mundo e da sociedade em que vivia.

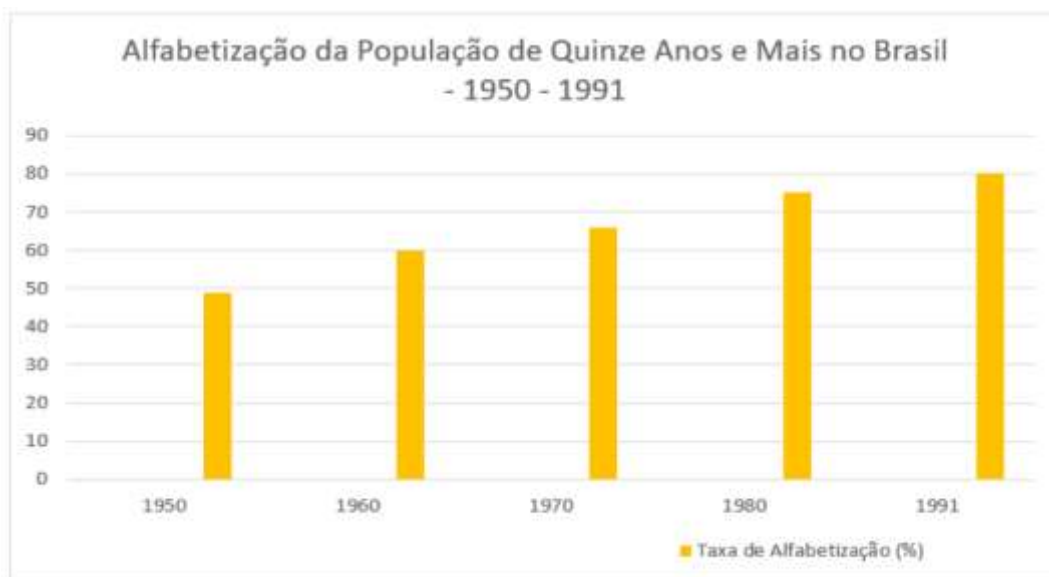
Paulo Freire sempre alertou sobre a distância que havia entre a teoria e a prática, entre a escola e a sociedade. Por isso, recebeu muitas críticas no enfrentamento dessas dicotomias, mas também rompeu paradigmas até então enraizados na sociedade que, segundo julgava, deveriam ter o perfil democrático que lhes competia, através de um projeto educacional verdadeiramente libertador e humanizador.

2 OS ÍNDICES DE ALFABETIZAÇÃO E ANALFABETISMO NO BRASIL

A fim de ilustrar a situação do Brasil em relação à alfabetização no país desde a década de 1950 até os dias atuais, optou-se por apresentar um breve relato estatístico feito pelo IBGE (1995), através do qual é possível contextualizar o impacto que a Educação (ou a falta dela) vem provocando em nosso país. Para tanto, é necessário pensar sobre o sentido dessa alfabetização.

A tabela 1 mostra as taxas de alfabetização da população brasileira de jovens e adultos, a partir de 1950 quando a taxa correspondia a 49 %. Nas décadas seguintes os índices foram 60% (1960), 66% (1970), 75% (1980) e 80% (1991). Os critérios do significado de uma pessoa alfabetizada foram sendo alterados ao longo das décadas. No entanto, o IBGE considerava pessoa alfabetizada aquela que ao menos era capaz de produzir e ler um bilhete.

Tabela 1 - O Analfabetismo no Brasil entre as décadas de 1950 e 1991



Fonte dos dados: IBGE, Censos Demográficos (Anuário Estatístico - 1995).

Levine (1986) aponta que a “alfabetização funcional” foi usada durante décadas como justificativa às populações analfabetas estarem tendo acesso a “uma base extensiva, uma alfabetização socialmente relevante”. Para o Brasil, a preocupação restringiu-se a ser utilitária e para isso, preocupou-se em se tornar funcionalmente alfabetizado, concebendo o sujeito como “ser associado com atividade empregatícia” (LEVINE, 1986, p. 25).

Essa visão minimalista da alfabetização de jovens e adultos contribuiu para reduzir as pessoas “ao *status* de meros objetos e significados, ao invés de confirmá-las e exaltá-las em si mesmas”, e serviu para lhes assegurar “competência para funcionar nos níveis mais baixos da performance mecânica”, como trabalhadores integrantes de uma sociedade sujeita à escrita. (KOZOL, 1985, p. 185). No entanto, para McLaren et al. (1998), a alfabetização funcional está longe de ser uma solução para uma nação emergente, porque “degrada os seres humanos por ignorar os potenciais inerentes na escrita como um veículo para descobrir, expressar e aumentar suas humanidades” (MCLAREN et al, 1998, p. 133).

Desse modo, tanto as taxas de alfabetização quanto as de analfabetismo podem escamotear intencionalidades e situações pragmáticas nos resultados. A

figura 1 a seguir retrata as taxas de analfabetismo no Brasil, geral e por região, no ano de 2019, entre jovens e adultos.

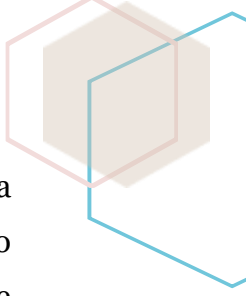
O percentual aponta que 6,6% dessas pessoas, ou seja, cerca de 11 milhões de brasileiros são analfabetos. E os índices maiores se concentram nas regiões Nordeste (13,9%) e Norte (7,6%), traduzindo que a quantidade de brasileiros abandonados pelo poder público é significativa e compromete a consciência crítica em relação ao mundo. Conforme acentua McLaren (1998, p. 137), os seres humanos “sobrevivem melhor quando sua ação sobre o mundo é (mais) apropriada e eficaz”. E disso dependerá a compreensão mais (ao invés de menos) clara e acurada que os humanos têm do mundo.

Investir em educação se traduz em qualidade de vida em outros setores, como a redução da pobreza, com o desenvolvimento social, a melhora da nutrição, do crescimento econômico e aguça a visão ética e política. No entanto, há uma recorrente desculpa quanto aos escassos recursos destinados à Educação. Quando o índice de analfabetismo no Brasil era elevadíssimo, Paulo Freire fez “cair por terra” a premissa de que para que houvesse educação seria necessário se estar no interior de uma escola.

Figura 1: Apresenta o quadro de analfabetismo brasileiro de jovens e adultos, em 2019



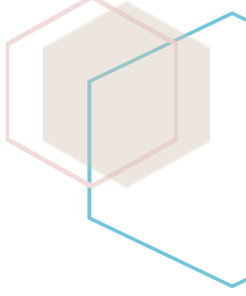
Fonte: IBGE, Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/images/educa/jovens/populacao/jovens_educacao_taxa-analfabetismo.png . Acesso em: 10 Abril 2021.



A Portaria Interministerial (Ministério da Educação/Ministério da Economia) Nº 3, de 25 de novembro de 2020 alterou parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização e dos Profissionais da Educação - FUNDEB, reduzindo o investimento do montante destinado a cada aluno em 8,06% ao ano, o que equivaleu à redução para R\$293,60 (duzentos e noventa e três reais e sessenta centavos) por aluno.

A experiência da alfabetização na década de 1960 fez com que fosse quebrado o "círculo de ferro do pauperismo-analfabetismo-pauperismo" (GÓES, 1991, p. 106), pois diante do apelo da campanha, espaços foram cedidos em sindicatos, igrejas, clubes, cinemas e até moradias. Todos queriam aprender! A primeira escola construída para a campanha *De Pé no Chão também se Aprende a Ler* surpreendeu ao ser construída com palha de coqueiro, em pleno século XX. Terá sido uma insubordinação criativa para denunciar a falta de recursos? Certamente! Contudo, representou a cultura popular, pois a palha era “herança direta da habitação indígena”, bem como “das casas pobres das vilas de pescadores” do nordeste. A campanha quebrou outra regra valorizada e estabelecida pela elite quando aceitou alunos sem o devido uniforme de escola pública e sem calçados, “obstáculos à matrícula de filhos de pobres nas escolas públicas em áreas de miséria” (GÓES, 1991, p. 106).

Diversos entraves podem servir de desculpas para o não investimento na Educação de qualidade, que é um direito de todos. O importante é considerar que os índices de analfabetismo no Brasil ainda são significativos e que a experiência de alfabetização tem muito a ganhar com as contribuições de Paulo Freire, na luta pelo atendimento aos direitos básicos de todo cidadão. Entretanto, Kohan (2019, p.199), busca compor com Paulo Freire de forma dinâmica “pensar um problema filosófico-educacional que nos afeta, lendo seu pensamento e sua vida para pensar junto” questionamentos diversos sobre a educação, o ato de educar, o papel do educador. E, o mais significativo de suas indagações “Paulo Freire pode ainda nos ajudar a pensar o que nos interessa pensar hoje, a viver a vida educacional e filosófica que nos interessa viver no presente?” E a resposta vem do próprio Paulo Freire:



Uma vez, no início das minhas viagens pelo mundo, alguém me perguntou, não me lembro onde, “Paulo, o que nós podemos fazer para segui-lo? Para seguir as suas ideias?” E eu respondi: “Se você me seguir, você me destrói. O melhor caminho para você me seguir é você me reinventar, e não tentar se adaptar a mim” (FREIRE et al., 2009, p. 24).

Com essa fala constatamos que a reflexão de Freire consistia em tensionar devidamente os momentos de dificuldades, para que as soluções fossem pensadas pelos sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem.

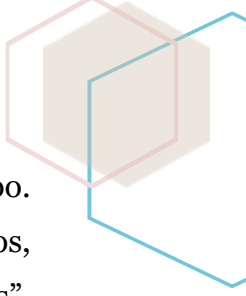
3 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM PAULO FREIRE

Segundo Canto e Moreira (2015), no decorrer dessa experiência de autonomia, Paulo Freire apontou a desarticulação contínua entre a escola e a sociedade, tomando a iniciativa de agir para romper paradigmas e dar sua efetiva contribuição para a constituição de uma sociedade democrática, ao edificar um projeto educacional libertador para o povo simples do nordeste brasileiro.

Na obra *Pedagogia da Autonomia* (2013), os saberes dos educandos ganharam destaque:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas também, [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 2013, p. 31).

Durante a experiência de alfabetização em Angicos, RN, Paulo Freire admitiu que vários tabus metodológicos foram desfeitos quando empregaram onze situações sociológicas (extraídas da vivência dos alunos) para libertar 300 homens de Angicos. A partir dessa prática, tais homens se foram capazes de reivindicar seus direitos por meio das cartas que conseguiram escrever aos dirigentes políticos, bem como ao exercerem seus direitos de votar por terem se tornado alfabetizados, podendo escolher seus candidatos pela ideologia ou por considerá-los comprometidos com o povo e não mais porque assim seus patrões lhes apontavam ou ordenavam. A partir dessa façanha, a “massa” virou “povo”.

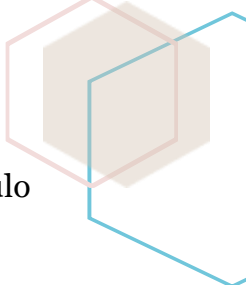


O processo iniciava-se com o levantamento do vocabulário comum ao grupo. Eram palavras que faziam parte do universo social ou profissional dos alfabetizandos, e desse grupo eram escolhidas as palavras que denominadas “palavras geradoras”. Essas palavras deveriam possuir riqueza fonêmica, alguma dificuldade fonética e terem um significado ou relação com a vida social, política ou cultural dos alunos.

Após a escolha das primeiras palavras, eram criadas situações-problemas, que incitavam ao debate de situações existenciais, que eram problematizadas. Em Angicos, foram selecionadas 400 palavras no universo vocabular, das quais foram selecionadas 27 sentenças e 18 palavras geradoras. Os slides tinham desenhos representativos de situações contextualizadas dos conteúdos sociológicos das palavras e outros com apenas a grafia das palavras geradoras. Essas situações existenciais seriam responsáveis por desafiar os agrupamentos e levá-los a assumir posições de reflexão e crítica diante das condições de sua existência.

A adoção de gradação vocabular pelas dificuldades fonéticas foi repensada nos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, com a “psicogênese da língua”. No entanto, há consenso nas práticas atuais em se valorizar o universo do aluno e suas vivências. Na obra *A importância do Ato de Ler* (1989, p. 17), Paulo Freire nos lembra que “Estando num lado da rua, ninguém estará em seguida no outro, a não ser atravessando a rua” e prossegue dizendo “Se estou no lado de cá, não posso chegar ao lado de lá, partindo de lá, mas de cá”. Dito isso, Paulo Freire reforça o respeito aos níveis de compreensão dos alunos, sem que haja a imposição da compreensão do professor, o que caracterizaria uma prática dialógica.

Todo o debate através das situações-problemas visava levar os grupos a se conscientizarem e, por consequência, se alfabetizarem num conceito antropológico da cultura, pois em relação à leitura e escrita na alfabetização, Freire (1989, p. 15) pontua “como se lê-las e escrevê-las não implicasse uma outra leitura, prévia e concomitante àquela, a leitura da realidade mesma”. São situações de reflexões locais que abrem perspectivas, porém, para a análise de problemas nacionais e regionais, presentes na atitude dialogal que os coordenadores travavam com seus educandos. Na concepção freiriana, não há conhecimento pronto e acabado; ele está sempre em construção. O



caráter político, libertador e conscientizador é o que diferencia as práticas de Paulo Freire e as tornam tão necessárias e atuais.

4 APRENDER A LER PARA QUÊ? APRENDER A LER PARA QUEM?

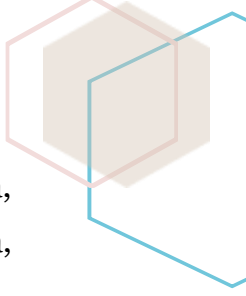
Em seu livro *A importância do Ato de Ler*, Paulo Freire nos fala da experiência vivida no momento em que ainda não lia a palavra, mas lia o mundo; era a leitura da “palavra-mundo”. Ao ler o mundo, a capacidade de perceber aumentava: “na medida, porém, em que me fui tornando íntimo do meu mundo, em que melhor o percebia e o entendia na ‘leitura’ que dele ia fazendo, os meus temores iam diminuindo” (FREIRE 1989, p.11).

Freire nos ensinou que a alfabetização de adultos é “um ato político e um ato de conhecimento” e, por isso mesmo, é “um ato criador” (FREIRE 1989, p.13).

Na obra supracitada, após esclarecer que a leitura da palavra é precedida pela leitura do mundo, Paulo Freire vai mais além e afirma que a leitura da palavra não é somente antecedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de escrever e de reescrever o mundo. E é nesse momento que ele esclarece que essa leitura e essa escrita implicam na capacidade de transformar o mundo, através da prática consciente.

Leitura e escrita são, portanto, ações de sujeitos históricos: atos políticos, de conhecimento, de criação. E é dessa forma que os educandos precisam ser compreendidos pelos educadores: como sujeitos históricos. Sujeitos que, embora precisem da ajuda do educador, essa não pode implicar na anulação de sua criatividade e protagonismo, nem da sua responsabilidade em seu próprio processo de aprendizagem e de conhecimento.

Mas, assim como Freire afirma que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra, também anuncia que a leitura da palavra implica a continuidade da leitura do mundo. E esse “movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente”.(FREIRE 1989, p.13) Esse ir e vir ativo é um dos aspectos centrais, para ele, do processo de alfabetização.



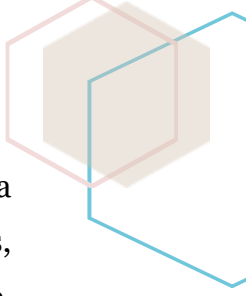
Por esse prisma, o papel do educador dentro de uma educação libertadora, deve ser levar o educando à construção da história, através de uma prática concreta, contribuindo para a inserção do sujeito num processo criador.

Observa-se que a importância do aperfeiçoamento do ato de ler durante a experiência existencial é pessoal e carregada de detalhes e percepções peculiares a serem valorizadas no contexto do ambiente escolar. Segundo Mortatti (2011), o conceito de alfabetização sofreu uma evolução histórica, traduzida nas diferenciações de nomenclaturas: “ensino das primeiras letras”; “ensino da leitura”; “ensino da leitura e da escrita”; e o mais recente, “letramento (escolar)”. (...) A utilização do termo “alfabetização” consolidou-se, no Brasil, a partir do início do século XX, sempre relacionado predominantemente com processos de escolarização; e, a partir das décadas finais desse século, passou a ser utilizado tanto em sentido amplo (“alfabetização matemática”, “alfabetização digital”, dentre outros) quanto em sentido mais restrito e mais específico: “ensino aprendizagem inicial de leitura e escrita” (MORTATTI 2011, p.8).

E em contribuição, Magda Soares (1985) destaca que a “Alfabetização” consiste num termo/conceito multifacetado, ou seja, fenômeno que envolve diferentes áreas/campos/disciplinas do conhecimento, como Didática, Linguística, Pedagogia, História, Psicologia, Neurociência, entre outras áreas, as quais são necessárias para a compreensão do conceito. Esse caráter da interculturalidade no processo de alfabetização esteve presente em todo o pensamento educacional de Paulo Freire, pois é através dessas relações interculturais que se pressupõe a dialogicidade e a eticidade como relações de empoderamento, respeito à diferença e consciência da desigualdade social.

A vida diária é existente e latejante, dinâmica e possui um ritmo que impulsiona o indivíduo a estar atento, a aprender, a absorver suas nuances, proporcionando um entrelaçamento com o mundo perceptível.

Em verdade, pensar a “alfabetização” no Brasil é pensar, antes de tudo, que se basta num direito adquirido por cada cidadão brasileiro, independentemente de sua idade, gênero, etnia, posição religiosa ou político-partidária, localização geográfica, situação social ou econômica e que, compete aos educadores pesquisadores



disseminar e compartilhar as reflexões, em contribuição ao que de mais valioso há na humanidade: o conhecimento. Paulo Freire representou, sem sombra de dúvidas, uma imensa contribuição para o panorama educacional brasileiro. E, acima de tudo, acreditou que todos os indivíduos têm o direito de aprender e se desenvolver por meio da vivência compartilhada com o outro e seu meio, transformando-se num sujeito crítico e consciente de seus direitos.

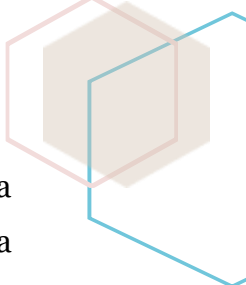
Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Quanto mais ganhamos essa clareza através da prática, mais percebemos a impossibilidade de separar a educação da política e das relações de poder.

Mas se, do ponto de vista crítico, não é possível pensar sequer a educação sem que se pense a questão do poder; se não é possível compreender a educação como uma prática autônoma ou neutra, isto não significa, de modo algum, que a educação sistemática seja uma pura reprodutora da ideologia dominante. As relações entre a educação enquanto subsistema e o sistema maior são relações dinâmicas, contraditórias e não mecânicas. (FREIRE, 1989, p.16).

Segundo Freire, a educação não só reproduz a ideologia dominante como vai além disso, na medida em que as sociedades “ditas modernizadas” impõem a sua ideologia na seara educacional. Ou seja, nas palavras de Freire (1989, p.16) as “contradições que caracterizam a sociedade como está sendo penetram a intimidade das instituições pedagógicas em que a educação sistemática se está dando e alteram o seu papel ou o seu esforço reprodutor da ideologia dominante.”

Na medida em que compreendemos a educação, de um lado, reproduzindo a ideologia dominante, mas, de outro, proporcionando, independentemente da intenção de quem tem o poder, a negação daquela ideologia (ou o seu desvelamento) pela confrontação entre ela e a realidade (como de fato está sendo e não como o discurso oficial diz que ela é), realidade vivida pelos educandos e pelos educadores, percebemos a inviabilidade de uma educação neutra (FREIRE, 1989, p.16).

Pois bem, o que se percebe na fala supracitada de Freire e repetidamente está presente em suas obras é que educar é um ato político. Não há como se fazer uma educação neutra, haja vista que o sujeito que educa é um ser crítico e está



impregnado de valores e conceitos que foram construídos em sua trajetória de vida social e profissional e que fazem dele um ser pensante e sujeito de uma prática democrática e crítica.

5 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA PERSPECTIVA FREIRIANA

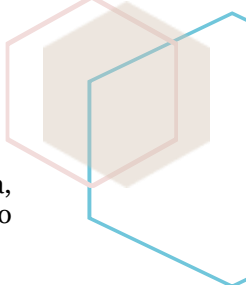
Soares (2016) e Freire compartilham a ideia de que o importante na alfabetização são os meios utilizados, ou seja, o caminho em direção a um fim, considerando-se que o “fim” é o sujeito alfabetizado e o “caminho” é o processo ensino aprendizagem.

Quando se questiona se Paulo Freire criou um método de alfabetização consolidado, capaz de engessar as estratégias e as dinâmicas que compõem os sentidos das ações de ensino-aprendizagem, Soares (2005) esclarece:

Conclui-se que a proposta Paulo Freire de alfabetização não é na verdade, a proposta de um método, pelo menos no sentido restrito que se dá a essa palavra na área da alfabetização. É, como se disse, algo muito além de um método de alfabetização, é uma nova e original concepção de alfabetização inserida numa política e numa filosofia da educação. Por isso falar de um “método de Paulo Freire de alfabetização” é não só uma incorreção, mas também uma redução. Paulo Freire criou não um método, mas uma teoria da educação, uma nova pedagogia, e o que se denomina como seu “método de alfabetização” é, na verdade, apenas uma das instâncias em que essa teoria, essa pedagogia se traduzem em prática (SOARES, 2005, p.121).

Para Soares (2017), Paulo Freire nos deixou um legado sobre o ato de alfabetizar criticamente, pois considera que tal prática excede o uso de métodos, haja vista que envolve reflexão do mundo e das próprias histórias, servindo para combater a hegemonia prevalecente, valorizando o sujeito e suas vozes.

Mas Paulo Freire criou, e criou muito além de um método: criou uma concepção de alfabetização, no quadro de uma também nova concepção de educação. Não apenas uma concepção de educação como diálogo, que disso, realmente, não foi ele o inventor (terá sido Sócrates?), mas uma concepção de educação como prática da liberdade, educação como conscientização; e disso, realmente, foi ele o inventor. Não apenas uma concepção de alfabetização como método analítico-sintético de ensinar a ler e escrever, que disso também, realmente, não foi ele o inventor [...]; mas



uma concepção de alfabetização, como meio de democratização da cultura, como oportunidade de reflexão sobre o mundo e a posição e lugar do homem (SOARES, 2017, p. 179-180).

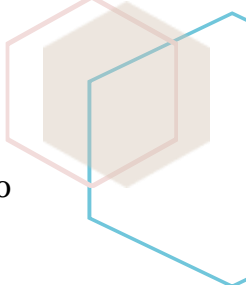
O que Paulo Freire desejava? Que os oprimidos libertassem a si e também aos opressores. Para Freire (1987, p. 24) “[...] é um ato político, e sendo político implica em uma escolha: ou se é a favor dos opressores ou se é a favor dos oprimidos”. E essa afirmação é carregada de grande amorosidade, porque “Paulo Freire não tinha medo de amar”. Incansavelmente, reafirmava que a educação “[...] é um ato político, e sendo político implica em uma escolha: ou se é a favor dos opressores ou se é a favor dos oprimidos” (LUTGARDES FREIRE, 2001 *In* SOUZA, 2015, p. 316).

CONCLUSÃO

Como debatido ao longo deste artigo, os ensinamentos de Paulo Freire vão muito além de um “método”. É toda uma compreensão do pensar e do agir de uma educação voltada para a cidadania e para a construção de um sujeito crítico. Nas palavras de Brandão (2013), “mais que um simples método de alfabetização, Paulo Freire criou uma prática pedagógica cujo embasamento político obrigou a própria educação a repensar-se e reconhecer em cada indivíduo um agente da história.”

Para Paulo Freire, ler e escrever são processos que implicam fatores sociais e políticos. Não há leitura do escrito que não esteja implicada na leitura do mundo. Para Freire, alfabetizar supõe valorizar a sabedoria resultante das experiências culturais locais do alfabetizando, possibilitando que este avance para além de suas crenças, em torno de si mesmo e do mundo. Também não há prática de leitura que não implique a prática da escrita como possibilidade de escrita e reescrita da história.

A centralidade da pedagogia freiriana é, acima de tudo, uma educação democrática e humanizadora, no âmbito social e político. Uma educação que se compromete com a ressignificação das experiências existenciais do educando e abomina a doação do conhecimento do educador. Rupturas de saberes e paradigmas ocorrem e são fundamentais para novas práticas, bem como saber escutar: “[...]”



significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta a fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro”. (FREIRE, 2013, p.117).

Ressignificar a sua prática consiste, antes de tudo, em trazer novos significados a acontecimentos da vida à sua prática cotidiana, a partir da sua mudança na percepção do mundo. Sendo assim, nas palavras de Freire (2019), a prática educativa vai se afirmando como prática não alienante e “desocultadora” de verdades escondidas.

Para Freire, a educação é e deverá ser sempre uma ação libertadora através de um ambiente humanizador sustentado com os elementos que deslocam-se da epistemologia à *práxis*. A educação em Freire é *sabedoria democrática* em que o povo constrói a sociedade com as próprias mãos. A educação para Paulo Freire pressupõe um vínculo entre educando e educador que propicie o processo ensino-aprendizagem, ou seja, uma educação de decisão para a responsabilidade social e política.

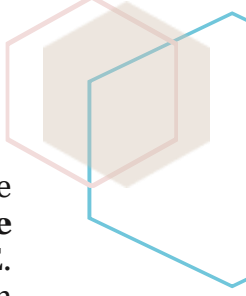
REFERÊNCIAS

BEISEGEL, C. de R. **Paulo Freire** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BRANDÃO, C. R. **O que é Método Paulo Freire**. 34 ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC. **Método criado por Paulo Freire completa 54 anos este mês**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/metodo>. 2018. Acesso em 15 abril 2021.

CANTO, S. B. do. A teoria freiriana diante dos encontros e desencontros no cotidiano escolar: a importância do multiculturalismo nas experiências sociais dos educandos nas práticas pedagógicas desde a década de 1960 até os dias atuais. p 203 - 212. **Aprenda a dizer a sua palavra**: artigos produzidos durante o curso da EaD Freiriana do Instituto Paulo Freire [recurso eletrônico]. ABREU, Janaina M. e PADILHA, Paulo Roberto (orgs.). 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2020.



CANTO, S. B. do. MOREIRA, H. M. A. O Multi/Interculturalismo e a Pluralidade Cultural: desafios no cotidiano escolar. **IV Colóquio Internacional Didática e Avaliação: Educação, Cidadania e Exclusão na Contemporaneidade.** IV CEDUCE. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <<http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/11322>> . Acesso em 10 out. 2021.

CANTO, S. B. do; MOREIRA, H. M. A. ; SILVA, V. de O. da. Paulo Freire e a experiência de Angicos (RN/Brasil) na década de 1960. Proposições para uma alfabetização humanizadora. **XI Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação.** IX COLUBHE. Porto, 2016. Disponível em <<http://web3.letras.up.pt/colubhe/actas/eixo3.pdf>> . Acesso em 12 abril 2021.

FRADE, I. C. A. da S. **Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores.** Caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

FREIRE, P. **A Sombra desta mangueira.** 12 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: PAz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 44^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. ; FREIRE, N.; OLIVEIRA, W. O. de. **Pedagogia da solidariedade.** Indaiatuba: Villa das Letras, 2009.

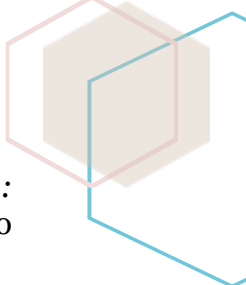
GÓES, M. **De pé no chão também se aprende a ler, 1961-64: uma escola democrática.** 2^a. ed. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção educação contemporânea).

KOHAN, W. **Paulo Freire, mais do que nunca: uma biografia filosófica.** 1^a. ed. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.

KOZOL, J. **Illiterate America.** Garden City, NY: Anchor and Doubleday, 1985.

LEVINE, K. **The Social Context of Literacy.** London: Routledge & Kegan Paul, 1986.

McLAREN, P. *In*: GIROUX, H. **Teachers as Intellectuals: toward a critical pedagogy of learning.** Granby, Mass: Bergin & Garvey, 1988.



FREIRE, E. Como se tivesse tido a coragem de dizer: não existe daqui pra cá. *In*: SOUZA, A. I. (org.). **Paulo Freire: vida e obra**. 3a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 319 - 328.

FREIRE, L. C. Paulo Freire por seu filho. *In*: SOUZA, A. I. (org.). **Paulo Freire: vida e obra**. 3a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 305 - 318.

MORTATTI, M. do R. L. (Org.). **Alfabetização no Brasil: uma história de sua história**. Marília (SP): Cultura Acadêmica, 2011.

SOARES, M. Paulo Freire e a alfabetização: muito além de um método. *In*: SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, [1998], 2005.

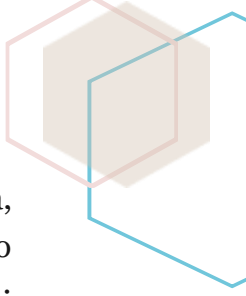
SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento: múltiplas perspectivas**. 7. ed. São Paulo. Contexto, 2017. *E-book*. Disponível em <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174662/2/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20letramento%2010%20jul.%202017.pdf>> . Acesso em 11 jun. 2021.

Sobre as autoras

Shirlei Barros do Canto: Doutoranda do Programa Interdisciplinar em Meio Ambiente, PPGMA-UERJ, Tutora das Disciplinas Pedagógicas do CEDERJ-UERJ. Pedagoga, Bacharel e Licenciada em Letras e Mestre em Ensino, pela UERJ. Integrante do grupo Filosofias, Lógicas e Escritas Acadêmico-Afetivas (FLORA) e do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (OIIIPe). E-mail: shirlei.canto@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7396-464X>.

Cláudia Hernandez Barreiros Sonco: Professora Associada do Departamento de Ensino Fundamental do CAp-UERJ atuando no momento como vice-diretora do instituto. Coordenadora da disciplina Gestão 2 no Curso de Pedagogia CEDERJ-UERJ. Pedagoga e Mestre em Educação pela UERJ e Doutora em Educação pela PUC-Rio. E-mail: claudiahbsonco@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4229-6028>



Helena Maria Alves Moreira Mestre em Ensino da Educação Básica, PPGEB/UERJ. Pós-graduação em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pela UERJ. Pedagoga pela UERJ. E-mail: helenamaria.moreira@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7246-4133>

Tramitação:

Recebido em: 12/11/2021

Aprovado em: 06/12/2021